

OS CICLOS DE ESTUDOS DA ADESG E A FORMAÇÃO DE “ELITES CIVIS”¹¹

Michel Goulart da Silva¹

¹ Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Técnico Administrativo em Educação no Instituto federal de Santa Catarina (IFSC), campus Gaspar.
Contato: michelgoulart@yahoo.com.br

Resumo: *Discute-se neste artigo os Ciclos de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, promovidos pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Esses ciclos de estudos são discutidos no contexto da ditadura civil-militar, iniciada em 1964, enfatizando seu papel como espaço de formação dos técnicos e dirigentes políticos que participavam dos governos nacionais, bem como dos estados e municípios naquele contexto. Esses técnicos e dirigentes políticos são encarados, no próprio ciclo, como uma elite responsável pela condução dos interesses do país, mesmo que representassem apenas uma pequena parcela da população.*

Palavras-Chave: ADESG. Ditadura. Elites.

Certamente a face mais evidente do elitismo educacional da ditadura civil-militar (1964-85) passa pela dicotomia da formação, de um lado, de elites intelectuais e, de outro, de força de trabalho. Essa dicotomia é ressaltada, por exemplo, em Paulo Ghiraldelli, quando aponta que a educação durante a ditadura esteve pautada, entre outros fatores, pela “exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade” e pela “divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2008, p. 112). Contudo, durante a ditadura esse elitismo também se manifestou por meio de espaços didáticos criados em paralelo às instituições educacionais estatais, como os Ciclos de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, promovidos pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Nas décadas de 1960 e 1970, esses cursos tinham a função de formar ou pelo menos complementar a formação dos técnicos que participavam dos governos nacionais da ditadura, bem como dos estados e municípios, explicitando a distinção entre as tipologias de *massas* e *elites*. Segundo Eliézer Oliveira, a Escola Superior de Guerra (ESG) apontava em sua doutrina para a existência de um egoísmo das elites para a direção política e um despreparo das massas para a participação política, sendo esses dois grupos incapazes de organizar a nação (OLIVEIRA, 1987, p. 71). Na doutrina da ESG aponta-se para uma relação de interdependência entre as elites, em particular a elite

¹¹ Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Modernização e cultura política nos ciclos de estudos da ADESG em Santa Catarina (1970-75)”, que conta com os discentes Icaro Gentile e Israel Weingartner como bolsistas PIBIC-EM, com financiamento do CNPq

dirigente, e os chamados objetivos nacionais, levando-se em conta que os interesses, aspirações e objetivos do homem constituem a origem dos objetivos nacionais. Portanto, o prestígio de uma elite depende se sua associação com os objetivos nacionais. Por outro lado, a opinião pública estabelece uma faixa ampla na qual o governo pode atuar, cabendo às elites condicionar os caminhos a seguir dentro dessa faixa (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971, p. 10-11). Dessa forma,

cumpre à elite não só o papel de intérprete dos interesses e aspirações nacionais, para levá-los ao nível da formulação governamental dos Objetivos Nacionais, como o papel inverso de, precisamente em razão da superior qualidade, presumida, de sua formação e informação, difundir no povo os altos valores da convivência social e a melhor percepção dos autênticos interesses e aspirações (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1977, p. 41).

Os ciclos de estudos da ADESG reuniam uma parcela daqueles intelectuais defensores do regime ditatorial (Silva, 1985, p. 53-67). Em Santa Catarina, por exemplo, no começo da década de 1970, participaram dos ciclos de estudos historiadores como Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza, cientistas sociais como Nereu do Valle Pereira e Silvio Coelho dos Santos, jornalistas como Moacir Pereira e Paulo da Costa Ramos, entre outros. O primeiro desses ciclos tinha entre seus objetivos “motivar as elites culturais e dirigentes de Santa Catarina para a participação mais efetiva na vida nacional, despertando a atenção para os seus problemas de um modo global e de conjunto, como um todo, a fim de que melhor possam desempenhar funções de direção e assessoramento” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970, p. 3). Os ciclos de estudos da ADESG foram espaço de estudo dos conceitos e métodos elaborados e difundidos pela ESG, sistematizados na chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Essa doutrina, discutida nos curso da ESG, e aplicada à investigação de aspectos econômica, sociais e políticos, serviu como ferramenta teórica e metodológica para a elaboração de políticas de governos e para uma tentativa de homogeneização de parcela da intelectualidade brasileira (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1977, p. 23-5).

Deve-se ressaltar que todas as ações políticas da ditadura estavam calcadas no objetivo de desenvolvimento econômico do país, com vistas a alcançar o nível do que os militares chamavam de “potência média” (CAVAGNARI FILHO, 1987, p. 133-44). Para

tanto, os governos militares, por meio da aliança com o capital externo e da intervenção estatal tanto no controle social como na política econômica, precisariam garantir uma homogeneidade ideológica e política da sociedade (REZENDE, 2001, p. 36-41). Nesse caso, a educação deveria estar voltada para a formação de pessoas que se submetessem sem oposição à autoridade do Estado e que fizessem parte de forma orgânica do projeto de nação proposto pelos governantes. Não seria possível espaço para dissenso ou oposição, cabendo às diferentes frações das elites dirigir a nação e às massas, educadas para uma profissão específica, dedicar-se ao trabalho manual para os quais foram formados (FREITAG, 2007, p. 182-4).

Criada em 20 de agosto de 1949, a ESG desde sua origem procurou congregiar militares e civis com “atuação relevante na orientação e execução da Política Nacional”, desenvolvendo e consolidando “os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da Segurança Nacional” (Arruda, 1980, p. 4). Dessa forma, antes e depois da ditadura, a ESG exerceu papel de grande importância na formação de dirigentes políticos civis e militares, por meio da divulgação de sua doutrina. Essas elites contribuíram nas ações que redundaram no golpe de 1964, na consolidação do novo regime ditatorial, e inclusive atuaram no processo de transição para a democracia. Uma mostra dessa influência está na fala de um general, que afirmou, em meados da década de 1970:

Os egressos da ESG transformaram-se nos assessores indispensáveis aos órgãos da mais elevada assessoria do governo. Encontramo-los na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Serviço Nacional de Informação, no Estado-Maior das Forças Armadas, nos Ministérios e em outros órgãos da assessoria direta ou indireta do Exmo. Sr. Presidente da República. Formam hoje, o cerne da elite nacional, com um efetivo de 1.294 civis e 1621 militares (CORREIA, 1976, p. 64).

Contudo, a existência de uma doutrina elaborada pela ESG para ser um fundamento teórico na elaboração de políticas estatais não garantiria sozinha a hegemonia do bloco civil-militar que conduziu o Estado brasileiro durante a ditadura. Certamente é fácil perceber que ao longo do regime ditatorial os governantes agiram por meio dos dois eixos fundamentais da DSN, a segurança e o desenvolvimento, reprimindo as ações contestatórias e estabelecendo uma série de políticas estatais que privilegiavam o crescimento econômico e a industrialização do país. Mas, embora seja possível afirmar que durante a ditadura a doutrina da ESG foi usada como ferramenta na elaboração de

políticas para a condução das instituições brasileiras, certamente não foi possível uma aplicação plena dessas proposições doutrinárias nem todos os quadros formados por essa instituição aplicaram de forma completa todos os conceitos e métodos que constituem o corpo teórico da DSN. Por outro lado, há membros do governos militares, inclusive ocupando funções de destaque, como Antônio Delfim Netto, que não foram estagiários nos cursos da ESG, embora participassem de palestras na instituição (MIYAMOTO, 1987, p. 78-92; Fico, 2001, p. 40-1).

Entre os cursos oferecidos pela ESG, o Curso Superior de Guerra (CSG) estava voltado para a formação de militares e de civis, enquanto o Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas (CCEMFA) era exclusividade dos militares. Para convidar os futuros alunos, denominados *estagiários*, o critério recaía pela escolha de pessoas que hierarquicamente ocupavam cargos elevados (MIYAMOTO, 1995, p. 106). Eliézer Oliveira enfatiza que a ESG atuava junto a um grupo social bastante restrito, com formação universitária obrigatória, e pertencente à burocracia estatal e privada, entre os quais funcionários públicos de alto escalão, empresários e dirigentes de empresas, magistrados, educadores, políticos, entre outros (OLIVEIRA, 1987, p. 53).

Para a ESG, colocava-se o objetivo de formar *elites* que conduziriam as instituições do Estado, sendo a parcela militar dos cidadãos a melhor preparada para isso. Os militares se identificam como parte das *elites destinadas* a dirigir o país, cabendo-lhes ensinar as elites civis, que colocam com freqüência colocam seus interesses particulares acima de qualquer consideração social, a dirigir o país. Portanto, “concebem-se esses militares como a única *elite autêntica*, à qual cabe a escolha dos setores das *elites* civis a serem articulados no esforço de constituição da *elite dirigente*, com relação à qual os militares deveriam assumir esta função político-pedagógica” (OLIVEIRA, 1987, p. 71). Nessa lógica, “a elite militar escolhe a elite civil, a qual nem sempre está preparada para as tarefas de direção nacional, cabendo à elite militar esclarecê-la; a elite civil-militar define os objetivos nacionais e dirige a nação” (OLIVEIRA, 1987, p. 70). Os civis, fossem as “elites” ou as “massas”, eram vistos pelos militares como despreparados, cabendo aos militares contribuir para a superação das debilidades das elites civis. Estas, tendo apreendido a doutrina e os métodos da ESG, junto com os militares, poderiam tanto conduzir os interesses da Nação como definir os objetivos e anseios do conjunto da população (OLIVEIRA, 1987, p. 70-2).

Os ciclos da ADESG, organizados em âmbito nacional a partir de 1962, eram espaços para a formação da parcela das “elites civis” que, embora ocupando função de destaque na sociedade, não tinham a mesma preponderância que aquelas convidadas para os cursos da própria ESG. Embora menos restrito, era exigido para a participação nesses cursos que os candidatos fossem portadores de diplomas universitários e que estivessem ligados a setores empresariais, industriais ou acadêmicos (MIYAMOTO, 1995, p. 107). Os ciclos de estudo da ADESG tinham um papel de grande importância na formação dos setores civis das elites. Eram espaços destinados a complementar as ações da ESG, difundindo sua doutrina entre as “elites culturais” e visando preservar a unidade teórica da doutrina como ferramenta para o estudo dos problemas relativos à segurança nacional e ao desenvolvimento do Brasil. Esses espaços também proporcionavam possibilidades de trabalhos de planejamento e estudos para os poderes Legislativo e Executivo ou mesmo para a iniciativa privada (TIBERY, 1972, p. 113-4).

Os ciclos de estudos da ADESG, entre outros aspectos apontados, também davam especial ênfase ao trabalho em grupo, considerado “atividade imprescindível ao planejamento de alto nível” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970, p. 3). Nesse sentido, depois das palestras acerca da doutrina da ESG e das questões conjunturais a respeito de diferentes aspectos da situação nacional e local, o terceiro período do ciclo de estudos consistia nos “trabalhos de grupo, enfocando problemas regionais, a cargo dos estagiários inscritos no ciclo ensaiando, didaticamente, uma política governamental dentro da metodologia preconizada” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970, p. 4). Detalhando melhor esse trabalho em grupo, afirmar-se que ele “consiste na busca da solução mais adequada aos problemas analisados, em prazo determinado, mediante a discussão ampla dos diferentes elementos condicionantes, conciliando opiniões divergentes, para o estabelecimento de uma resultante que expresse, realmente, a opinião do grupo” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970, p. 11). Quando apresenta-se a metodologia de trabalho, além de apontar que as condições exigidas dos participantes passa por um “alto nível cultural e destacada posição na vida pública e privada da comunidade”, afirma-se que nesse grupos de trabalho deve haver “ampla liberdade de discussão de idéias e conceitos”, mas que “certas noções, especialmente de caráter doutrinário já assentadas pela Escola Superior de Guerra, para fins didáticos e metodológicos, devem ser aceitas, para que os trabalhos possam

desenvolver-se dentro da unidade de pensamento e ação” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1970, p. 10).

Por meio de sua intervenção na sociedade, nas instituições do Estado ou nas empresas públicas ou privadas, os intelectuais formados pela ADESG poderiam atuar como agentes da hegemonia sobre um conjunto mais amplo da sociedade. Deve-se lembrar o momento em que os ciclos de estudos da ADESG se espalharam pelo Brasil, no final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, havia um grande otimismo em relação ao crescimento do país, em função dos altos índices de PIB e uma grande intervenção do Estado no sentido de promover o que era entendido como desenvolvimento – industrialização acelerada, maior possibilidade de consumo da classe média, inserção das pessoas no mercado de trabalho, entre outros fatores. Cabia, portanto, aos intelectuais formados pela ADESG o papel tanto de fazer propaganda dessas conquistas quanto de serem orgânicos do processo de elaboração de planos e de projetos, garantindo assim a manutenção no poder do bloco histórico que havia assumido o controle do Estado por meio do golpe de 1964. Pode-se, dessa forma, dialogar com Gramsci, quando este,

referindo-se aos intelectuais ligados à classe capitalista (...) destaca que estes são responsáveis pelo que chama de “consenso espontâneo” da sociedade, ou seja, são os intelectuais uma camada da sociedade cuja função é garantir a hegemonia sobre a classe trabalhadora. Seja como um cientista social, seja como um técnico da indústria, o intelectual orgânico burguês é responsável (ainda que suas funções imediatas sejam diferenciadas) pela manutenção e defesa do *status quo* (SILVA, 2009, p. 47-8).

Os intelectuais que tomaram um contato mais próximo e sistemático com os conceitos e objetivos propostos pela DSN, por meio dos ciclos de estudos, puderam melhor influenciar as “massas”, visando a manutenção da ordem social e dos interesses políticos do regime. Esse tipo de hegemonia, garantida pelo consenso e não pela coerção, poderia garantir com menos dificuldades a realização dos objetivos nacionais baseados na segurança nacional e na política de desenvolvimento econômico. Esses intelectuais poderiam tanto intervir como ideólogos e técnicos como cumprir papel de *élites locais*, nos vários pontos do país em que se realizavam os ciclos de estudos, legitimando o regime ditatorial e o bloco civil-militar hegemônico. Eles, afinados ao bloco histórico hegemônico e utilizando os conceitos e métodos da ESG, poderiam cumprir

papel de elaboradores de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico ou como responsáveis pelo planejamento e pelas ações dos mesmos (PUGLIA, 2006).

Referências

ARRUDA, Antônio de. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: GRD/INL/MEC, 1980.

ASSOCIACAO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Delegacia de Santa Catarina**. Objetivos Nacionais permanentes. Florianópolis, 1971.

ASSOCIACAO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Delegacia de Santa Catarina. **Ciclo de Estudos em Florianópolis**: diretrizes e bases gerais. Florianópolis, 1970.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Brasil: introdução ao estudo de uma potência média. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (Org.). **Militares**: pensamento e ação política. Campinas: Papyrus, 1987.

CORREIA, Antônio Jorge. A influência da ESG no pensamento político estratégico das elites brasileiras. **Segurança & Desenvolvimento**, XXV (163), 1976.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico**. Rio de Janeiro, 1977.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7ª ed. São Paulo: Centauro, 2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. **Política e Estratégia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 78-92.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A doutrina de segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (Org.). **Militares**: pensamento e ação política. Campinas: Papyrus, 1987.

PUGLIA, Douglas Biagio. **ADESG**: elites locais civis e projeto político. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: Ed. da UEL, 2001.

SILVA, José Luiz Werneck da. **A deformação da história ou Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SILVA, Michel. Gramsci, os intelectuais e a prática política. **Contra a Corrente**, Brasília, nº. 1, 2009.

TIBERY, Hécio de Magalhães. **Fundamentos de segurança e desenvolvimento: educação moral e cívica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1972.